

A utilização da Comunicação Social na atuação estratégica do MP

O segundo painel do dia abordou o tema 'O Ministério Público e a comunicação social com as tecnologias digitais de informação e comunicação', e teve como mediador Fábio Medina Osório, presidente executivo do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado. Participaram do debate o conselheiro do CNMP, Marcelo Weitzel; o PGJ do MPSC, Fernando Comin; a PGJ do MPDFT, Fabiana Costa Oliveira Barreto; e o presidente da Associação do Ministério Público da Bahia, Adriano Marcus Brito de Assis.

De acordo com Marcelo Weitzel, em um momento em que a comunicação se altera de forma rápida, o Direito ainda pouco está se movimentando nesse setor. “Nos ramos da ciência e da arte, o ramo mais conservador é o Direito. Precisamos procurar um equilíbrio com base na unidade institucional, ou seja, quem fala pela instituição e como se fala pela instituição. É preciso um caráter um pouco mais respeitoso no que se vai dizer ou falar. É necessário passar a trabalhar com esse equilíbrio. Não é fazer o que a direção da instituição quer, mas manter esse equilíbrio. Nós temos instituições fortes, um quadro de excelência e qualidade e estamos muito reféns do que está do lado de fora”, afirmou o conselheiro do CNMP.

Em sua fala, o PGJ do MPSC lembrou que a comunicação no século 21 é algo desafiador pois, atualmente, a realidade se impõe de maneira completamente diferente. “A primeira constatação é que a mudança da comunicação do MP com a sociedade é impactada pela mudança do modelo de comunicação da imprensa com a sociedade, dentro dessa nova realidade. Nós temos a mudança na forma de produção das notícias, o modelo tradicional de comunicação, por demanda, está sendo ultrapassado pelas novas mídias e pela realidade digital. A comunicação ficou mais instantânea e direta, sem intermediários. Fomos abduzidos por um novo contexto em que compartilhar nas redes sociais virou a palavra-chave. Ter consciência desse novo contexto é fundamental para todos os dirigentes, membros e servidores das instituições”, destacou Fernando Comin.

Já para Fabiana Costa Oliveira Barreto, ao mesmo tempo em que se vive em uma velocidade avassaladora no campo das comunicações, a pandemia obrigou a sociedade a se isolar e viver uma experiência que fez pensar sobre que sociedade que queremos. “Hoje, o que é verdade e o que é informação de valor não vai estar mais nos grandes jornais, mas sim nos canais de quem tem mais seguidores. A nova geração tem isso como referência do ponto de vista social. E essa disseminação de ideias sem uma hierarquia, sem um crivo do que é certo ou errado, já é vivenciada, de certa forma, por nós no MP, que lidamos com essa diversidade de opiniões e essa luta por um equilíbrio entre independência e a unidade funcionais”, afirmou a PGJ do MPDFT.

Por fim, o presidente da Associação do Ministério Público da Bahia lembrou que o MP tem o dever de dar transparência e publicidade às suas ações. “Temos que prestar contas à sociedade e temos que transformar esse dever em oportunidade, pois vivemos um momento de grave questionamento das instituições. Nós temos que trabalhar sob o signo da unidade e da união.

Tudo que toca as pessoas está na nossa legitimidade e estamos todos nos reposicionando nesse cenário. Temos que ter pessoas que entendam dessa nova dinâmica de comunicação nos dizendo o que precisamos fazer”, concluiu Adriano Marcus Brito de Assis.

Por MPRJ